

Evolução da presença em Portugal da Sociedade Bíblica de Agência Britânica a Instituição de Utilidade Pública

Os motivos para o estabelecimento de uma agência permanente em 1864 não podem ser desligados da transformação que se deu na presença dos protestantes britânicos em Portugal. Em meados dos anos 60, inicia-se a clara assunção de uma vocação missionária, tanto por parte do capelão anglicano e presbiteriano, como por esforços individuais representados pelas famílias Cassels e Roughton. A ideia de que as liberdades civis estavam já suficientemente maduras para não ser possível a repetição de uma perseguição como a de 1843 na Madeira, parece clara nos propósitos destes vários actores.

Luís Aguiar Santos

Historiador. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa

Embora a acção em Portugal da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE), fundada em 1804, remonte aos anos da Guerra Peninsular, só em 1864 se estabelece formalmente no nosso país uma agência daquela sociedade. Outras sociedades religiosas estiveram presentes em Portugal, fazendo um trabalho similar à da SBBE, divulgando a Bíblia. No entanto, quer pela amplitude do seu trabalho quer pelo carácter ininterrupto da sua presença desde meados do século XIX, a agência portuguesa da SBBE veio a revelar-se a mais relevante destas instituições em Portugal, tornando-se mais recentemente uma instituição perfeitamente nacionalizada sob a denominação de Sociedade Bíblica de Portugal¹.

Até agora, tem-se considerado a passagem de George Borrow por Lisboa, em Novembro de 1835, como o início de uma fase preparatória de estabelecimento de uma agência em Portugal². Borrow teria confiado a re-

¹As versões da Bíblia em língua portuguesa tinham interessado aos missionários protestantes europeus desde o século XVII para a sua acção em campos de missão em paragens longínquas da Ásia, onde a nossa língua era falada nalguns locais. Essa foi, aliás, a origem da tradução de João Ferreira de Almeida, elaborada e reproduzida primeiramente para asiáticos e não para portugueses.

²Sobre as primeiras Bíblias da SBBE distribuídas em Portugal (Madeira e Lisboa) no início do século XIX, ver o texto de Timóteo Cavaco neste volume e Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002), p. 447ss. e s.v. «Sociedade Bíblica de Portugal», *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

apresentação de interesses da Sociedade em Lisboa ao comerciante inglês John Wilby; tal situação ter-se-ia mantido até 1864. Na verdade, pouco se sabe deste período, mas tudo aponta para que Wilby tivesse uma acção muito limitada, provavelmente circunscrita a fornecer as capelanias de língua inglesa e, eventualmente, os poucos portugueses protestantes que viviam na sua órbita. Não há dados que assegurem que, entre 1835 e 1864, as suas funções tivessem excedido este quadro muito modesto³. Wilby, no entanto, enviou onze cartas assinadas de Lisboa aos responsáveis da Sociedade em Londres, entre 1835 e 1860, o que denota alguma continuidade nas suas funções de representante⁴.

Os motivos para o estabelecimento de uma agência permanente em 1864 não podem, entretanto, ser desligados da transformação que por essa altura se deu na presença dos protestantes britânicos em Portugal. O fim da colaboração de Wilby, por volta de 1860, poderá ter colocado a questão do tipo de presença a manter em Portugal a partir de então. Ora, em meados desses anos 60, inicia-se a clara assunção de uma vocação missionária por parte dos protestantes britânicos, tanto pelos capelães anglicano e presbiteriano, como por esforços individuais representados sobretudo pelas famílias Cassels e Roughton.

A ideia de que as liberdades civis estavam já suficientemente maduras para não ser possível a repetição de uma perseguição como a de 1843 na Madeira, parece clara nos propósitos destes vários actores. E os seus contactos com a SBBE são também inequívocos, já que, tanto os capelães anglicano (Godofredo Pope) e presbiteriano (Robert Stewart) como os Cassels e os Roughton, cooperarão desde o início com o agente da Sociedade nomeado em 1864 – e de um modo que quase sugere que os seus propósitos missionários “pediram” à SBBE a assunção do risco de iniciar a divulgação deliberada da Bíblia em língua portuguesa para os Portugueses. O espólio da SBBE permite-nos saber que algumas destas personalidades se correspondiam com a Sociedade mesmo antes de 1864: Francis H. Roughton (futuro agente em Lisboa) enviou da capital portuguesa 53 cartas entre 1827 e 1872 (e a sua esposa, Ellen, mais algumas). Independentemente das motivações iniciais da assunção do proselitismo pelos protestantes britânicos, o aparecimento da agência da SBBE em Lisboa está ligado a esta mutação de profundo significado e consequências na presença dos pequenos núcleos de protestantismo em Portugal. É evidente nos relatórios anuais da SBBE, e nas palavras aí reproduzidas dos agentes, que, pelo menos nas primeiras cinco décadas desde 1864, a venda e distribuição das Escrituras era vista como um trabalho preparatório ou complementar da multiplicação de conversões e da disseminação de comunidades evangélicas locais. Os agentes comentavam os progressos de ambas as tarefas com a mesma atenção e empenho, pelo que parece evidente que o estabelecimento formal da

³Essa acção de Wilby seria consentânea com o facto da SBBE ter sido reconhecida pela Associação Comercial de Lisboa, em 1975, como uma das suas associadas em 1835. Sendo patente que a SBBE, nessa época, não desenvolvia um trabalho de divulgação da Bíblia em Portugal, isto parece confirmar que a representação dos seus interesses por Wilby se faria num quadro de mera importação de um número limitado de Bíblias para fins muito específicos, que dificilmente incluiriam a divulgação sem deixar rasto. Outra questão é saber se, a coberto de uma actividade supostamente orientada para as capelanias e os estrangeiros, não seriam também importadas Bíblias em língua portuguesa; a existência de convertidos portugueses, por exemplo na congregação episcopaliana lisboeta de Gómez y Togar (1839-1870), leva a pensar que sim. De qualquer forma, esses casos seriam muito poucos, até pelas dificuldades alfandegárias na importação de Bíblias, como reveladas pelo relatório da SBBE de 1864.

⁴Espólio da SBBE na Universidade de Cambridge <http://janus.lib.cam.ac.uk/db/node.xsp?id=BSA%2FX>

SBBE em Portugal foi parte da opção proselitista dos protestantes britânicos radicados no País, que pôs fim à abstenção que até aí marcara a sua presença religiosa no reino⁵.

No relatório da SBBE de 1864, na secção relativa a Portugal e Espanha, relaciona-se ainda a decisão de instalar um agente em Lisboa com o ambiente político do País:

«The growth of liberal sentiments in Portugal, and the tendencies of the responsible government and legislature to favour religious toleration, in opposition to the exclusive assumptions of the Romish clergy, have awakened in the minds of the Committee the fervent hope that the period was near at hand when the action of your Society would become practicable in that country»⁶.

É importante referir que este relatório considera a situação política e jurídica portuguesa bastante mais favorável que a espanhola para a acção da SBBE, dedicando a Portugal muito mais espaço do que ao país vizinho. Um inquérito previamente realizado pela Sociedade revelara que a lei portuguesa claramente proibia a introdução no País de Escrituras impressas no estrangeiro, mesmo que em língua portuguesa (edições nessas condições haviam sido apreendidas pelos funcionários alfandegários e consideradas contrabando). No entanto, foi possível em 1864 confirmar a perfeita legalidade de imprimir as Escrituras em Portugal e até de fazê-las circular uma vez impressas, sem outra contrariedade que não fosse a da oposição daqueles que «whose policy it is to sustain that system of ignorance and superstition which flourishes in proportion as Bible light is excluded»⁷.

Logo em 1864 o trabalho da Sociedade em Portugal inicia-se como se as dificuldades durante tanto tempo temidas não se fizessem sentir. Encomendaram-se as primeiras edições a impressores de Lisboa e, além de um depósito instalado na capital, a SBBE contratou seis colportores que, aí e nas províncias, começaram imediatamente a vender os exemplares saídos das tipografias. Os colportores eram oriundos do reduzido meio de convertidos portugueses ao protestantismo, os quais, à possibilidade de um emprego relativamente seguro, aliavam o necessário fervor evangélico para levarem a bom termo a função neles depositada. O número de vendas alcançado nestes primeiros anos despertou uma onda de optimismo, patente nas palavras de um relatório relativas ao primeiro agente em Lisboa, Rev. F. H. Roughton: «his difficulty is not how to sell the Scriptures, but how to keep the men provided with a sufficient supply to meet the demands» (*Relatório 1865*, p. 100). Nos anos seguintes, a procura manteve-se alta, esgotando as edições entretanto realizadas de Bíblias, Novos Testamentos e porções, mas, a partir de 1868, deu-se uma primeira quebra de vendas. Tudo indica que, desde então, o mercado português, tendo absorvido uma quantidade considerável de Escrituras de que estava deficitário, passou a um ritmo de aquisições regulares mais modesto e consentâneo com o reduzido universo de letrados de então no País (entre 20 e 25% da população total). Apesar das Escrituras serem vendidas a um preço simbólico – e muitas vezes serem mesmo oferecidas –, a pobreza que afectava

⁵ Robert Stewart diria mais tarde, em 1899: «Our work opened the way for planting Evangelical Churches, now attended by large congregations, in whose schools, both Sunday and week-day, thousands of children read the Scripture and are instructed in its truths».

⁶ *Relatório 1864 (The Sixty-First Report of the British and Foreign Bible Society; M.DCCC.LXV. with an appendix and a list of subscribers and benefactors*, Londres: Benjamin Pardon, 1865), pp. 103-104. Os relatórios da SBBE serão citados referindo-se ao ano a que respeitam e não àquele em que foram editados.

⁷ *Relatório 1864*, p. 103.

uma grande parte da população funcionava igualmente como barreira a uma grande expansão das vendas⁸.

O fim do pequeno período inicial de grande entusiasmo coincidiu com a saída de Roughton do cargo de agente da Sociedade em Lisboa. De facto, em 1869, de partida para o Brasil, o primeiro agente foi substituído por James E. Tugman, que desempenhou o cargo apenas a tempo parcial. Durante a sua permanência à frente dos destinos da Sociedade em Lisboa, as vendas continuaram mais baixas do que nos anos 60, mas, em compensação, diminuíram também os problemas no terreno para os colportores. Só em 1876 foi encontrado um agente a tempo inteiro na pessoa do Rev. Robert Stewart, capelão presbiteriano escocês de Lisboa. Stewart já colaborava há muito com a SBBE, tal como o capelão anglicano seu contemporâneo, Godofredo Pope, e os irmãos James e Andrew Cassels, de Vila Nova de Gaia, que aí animavam missões metodistas. Stewart desempenhava ainda, desde 1871, as funções de representante em Portugal da National Bible Society of Scotland e da Religious Tract Society, cargos que passou a acumular com o de agente da SBBE. Em 1895, tornou-se também agente da SBBE em Madrid, unindo a superintendência dos assuntos da Sociedade em Portugal e Espanha e contando, em Lisboa, com a ajuda de um comité consultivo presidido por Godofredo Pope e que já existira durante o curto período de interregno que mediou entre a saída de Tugman e a entrada de Stewart.

Robert Stewart imprimiu à agência de Lisboa uma nova dinâmica, desde logo patente na relação com os colportores, os quais, no seu entender, deveriam ser mais que vendedores, autênticos portadores zelosos da Boa Nova. Para tanto, conseguiu de Londres aprovação para lhes dar mais instrução religiosa e organizar com eles sessões de oração, iniciadas no Ano Novo de 1867⁹. Também os depósitos da agência foram multiplicados, abrindo, em parceria com a Religious Tract Society, dependências no Funchal (1876) e na ilha de São Miguel (Açores) em 1883, enquanto se faziam tentativas sérias e repetidas de penetração no arquipélago de Cabo Verde (a partir de 1886)¹⁰. No Porto já abrira um depósito na década de 60. Em 1881, o depósito de Lisboa, entretanto mudado para a rua das Janelas Verdes, transformou-se numa autêntica loja, com montra e porta aberta ao público¹¹. Sob a direcção de Stewart iniciou-se também em Lisboa um trabalho especializado para o público feminino, com a acção da *biblewoman* Manuela¹². Enfim, Stewart iniciou os trabalhos necessários às primeiras revisões sistemáticas e profundas do texto das duas versões portuguesas da Bíblia utilizadas pela Sociedade (Figueiredo e Almeida)¹³.

⁸ As vendas efectuadas por colportagem ascenderam em 1867 a 15.955 exemplares, caíram para 10.466 em 1868 e quebraram em 1869 para 3476.

⁹ Como explicava Stewart relativamente aos colportores, «the men need instruction, are desirous to have it, and greatly enjoy a little season of fellowship after long separation and isolation» (*Relatório 1876*, p. 89).

¹⁰ O colportor António Leite partiu em Fevereiro 1886 para uma missão em São Vicente e São Tiago (Cabo Verde), Bissau, Bolama, São Tomé e Príncipe, Zaire, Ambriz, Luanda, Benguela e Moçamedes (*Relatório 1885*, p. 94).

¹¹ No entanto, o grosso das vendas a portugueses continuava a fazer-se pela colportagem: «The depôts seem, from examination into their sales, to have been more used by foreigners than by the people themselves. One-half the Bibles sold were in English, French, German, Italian, and Hebrew; but they are most valuable as an open testimony to Divine truth.» (*Relatório 1884*, p. 89).

¹² Manuela trabalhava desde 1884 sob a direcção da Sra. Stewart e pertencia ao departamento estrangeiro da London Bible and Domestic Female Mission; visitava hospitais, casas particulares e até prisões.

¹³ Já haviam sido feitas revisões das duas versões e a versão Almeida tinha acabado então de ser revista por Robert Holden. Outro revisor das versões portuguesas era João José da Graça Júnior, residente na ilha do Faial (Açores). Sobre as duas versões veja-se este comentário: «Still, do what one may with this

A segunda metade do século XIX foi marcada por várias dificuldades sentidas no terreno pelos colportores da Sociedade. Nalgumas localidades deram-se incidentes motivados pela presença destes empregados da SBBE, que normalmente vendiam em feiras ou abordavam transeuntes em locais públicos. Na maioria das vezes eram os párocos quem os questionava sobre a sua actividade e os queriam impedir de a levar a cabo¹⁴. Mas apenas em alguns casos as autoridades civis, a nível local, davam alguma cobertura a essas intenções, detendo e interrogando os colportores e apreendendo os livros. Esse procedimento, despoletado geralmente pela denúncia do pároco ou por um incidente por ele provocado, era normalmente rápido e terminava na libertação do colportor. Acontecia por vezes que essas autoridades, na dúvida, não lhe devolviam a mercadoria, o que só ocorria por intervenção de uma autoridade civil superior ou por decisão judicial. Os poucos casos de colportores levados pelas autoridades civis à Justiça mostraram de imediato a predisposição dos juizes para interpretar a Constituição e as demais leis do reino de uma forma que lhes era – e à Sociedade – absolutamente favorável. Todos os colportores presentes a tribunal foram ilibados das acusações que lhes eram feitas: a de desrespeito pela religião do Estado (o único crime de que eram passíveis de incorrer civilmente) e a de venderem Bíblias “falsas” (isto é, que fazendo-se alegadamente passar por “católicas”, seriam afinal de teor diferente)¹⁵. Outra questão era saber se a venda de Escrituras equivalia a uma actividade de proselitismo, o que não era proibido pela Constituição mas pressuposto no Código Penal. Os tribunais nunca tiveram essa interpretação durante a monarquia constitucional¹⁶, mas houve casos em que as autoridades civis confundiam as duas coisas, sobretudo quando mais permeáveis à influência de alguma autoridade eclesiástica que as apresentava deliberadamente dessa forma, continuando a ocorrer esporadicamente acusações desse teor, que os tribunais posteriormente inviabilizavam.

Na altura da crise do *ultimatum* de 1890, a SBBE tinha em Portugal 12 colportores com e sem salário e uma circulação de 11 890 volumes (Bíblia, Testamentos e porções), o que denotava uma reanimação da sua actividade nos anos anteriores, motivada sobretudo pelo crescimento urbano e também pelo crescimento económico e do número

version [Almeida], it remains rough in the eyes of the Portuguese; it is the translation of Pereira [de Figueiredo], made from the Vulgate, which in Brazil has been the great instrument in awakening the people to religious life, while, as Mr. Stewart said before he joined the Society, it is used by preference in all the Protestant Churches in Portugal. It is known that the Rev. T. G. P. Pope and other accomplished scholars will place valuable notes prepared by them at the service of your Committee, should it at any time appear practicable to issue a revised edition of this version.» (*Relatório 1876*, p. 89). Em 1878, Godofredo Pope e R. H. Moreton (responsável pela missão metodista do Porto) ofereceram-se a Stewart para trabalharem numa nova edição da Bíblia em Português que juntasse as vantagens das duas edições e eliminasse os defeitos, mas, durante quase um século, será a revisão e publicação separada das duas versões o caminho seguido.

¹⁴ Isto não significa que tal atitude predominasse entre o clero secular. Roughton assevera em 1865 que, em muitos pontos do País, vários padres tinham comprado a Bíblia a colportores, a maior parte com «boas intenções».

¹⁵ Esta segunda acusação prestou-se a maiores equívocos porque os bispos da Igreja estabelecida tinham a competência legal de zelar pela autenticidade dos textos sagrados publicados. Embora competisse aos tribunais civis julgar essa autenticidade uma vez posta em causa por algum bispo, aquela competência permitiu reacender uma polémica jurídica que alguns católicos souberam manter espaçada no tempo. Embora existissem desde a década de 60 do século XIX decisões judiciais favoráveis à livre circulação das Escrituras impressas pela SBBE, o facto destas edições não incluírem os livros deuterocanónicos (tanto na versão Figueiredo, que originalmente os tinha, como na versão Almeida, que nunca os incluiu) deu azo umas poucas de vezes à acusação em sede judicial de colportores.

¹⁶ Logo em 1866, no seguimento de uma acusação formulada pelo próprio bispo da cidade, a Relação do Porto declarou legal a circulação e venda de Bíblias “protestantes” (*Relatório 1866*, pp. 120-127).

de letrados. No entanto, as alterações que a sociedade portuguesa sofreu nessa época, mergulhando num clima de radicalização política e estagnação económica, viriam a afectar novamente as actividades da Sociedade. No imediato, a crise do *ultimatum* teve efeitos aparentemente passageiros:

«The political tension and excitement of the year in Portugal does not seem to have affected to any extent the Society's work. Everything connected with the Bible and with Evangelical truth is popularly associated with England; and for a while the colporteurs unpleasantly felt their unpopularity. But the real causes of unrest lie deeper. Society in Portugal, Mr. Stewart believes, has for years undergone a marked deterioration in morality; and the political fever is symptomatic of spiritual disintegration. It is against this dark background that the report outlines the Bible work of the year» (*Relatório 1890*, p. 99).

Só a frequência de crianças às escolas evangélicas e de adultos às igrejas foi afectada uma parte do ano pelas condições que haviam feito prever um ano difícil para os britânicos e para os evangélicos, mas o regresso à normalidade foi-se impondo. As comunidades protestantes haviam conhecido progressos nos anos anteriores, que continuaram a ser visíveis. No trigésimo aniversário da sua presença em Portugal, Stewart reflectiu sobre aquilo que mudara desde a sua chegada, em 1866:

«(...) there was but a small Evangelical school and an even smaller Church in Portugal, and he notes with thankfulness that here are now more than twenty Churches, and that two thousand children are receiving the rudiments of (...) the knowledge of Jesus» (*Relatório 1896*, p. 85).

Os protestantes seriam já quase cinco mil e realidades novas como a acção evangelizadora nos bairros em desenvolvimento de Lisboa ou o crescimento da Associação Cristã da Mocidade do Porto, com cerca de 400 membros cinco anos depois da sua fundação em 1894, evidenciavam a existência de uma comunidade protestante já bem estabelecida no País. No relatório de 1899 [p. 95] fala-se do rápido crescimento que Lisboa teve nos últimos seis anos, com a construção de muitas casas e a chegada de novos habitantes como uma das causas do aumento de vendas das Escrituras (diz-se, por exemplo, que os colportores aproveitaram as comemorações de 1898 da chegada à Índia para venderem muitos exemplares). Este crescimento nem por isso podia iludir o isolamento do protestantismo na sociedade portuguesa e a vulnerabilidade que mostrou quando as rivalidades políticas em torno da questão religiosa o colocaram à mercê do fogo de “clericais” e “anticlericais”. Por um lado, crescentemente atacada pela campanha laicista em alta no início do século XX, a hierarquia católica reacendeu o seu anti-protestantismo, que esmorecera nas décadas anteriores, assimilando o proselitismo protestante (e, nele, a acção da Sociedade Bíblica) à “descristianização” promovida pelos laicistas¹⁷. Por outro lado, o ódio dos anticlericais à Igreja estabelecida

¹⁷ Em 1901, deu-se uma tentativa desastrosa de atemorizar os protestantes de Lisboa, querendo-se forçar uma interpretação das leis em vigor que os tribunais haviam recusado nas quatro décadas anteriores: «In January, 1901, the police endeavoured to suppress the five principal Protestant congregations in Lisbon – two of them Episcopal, one Presbyterian, one Congregationalist, and one Methodist. Happily this attempt proved abortive. The civil power acted half-heartedly, as if aware that it was violating the Constitution. But so powerful are the bishops and priests in the present Cortes that to gain their favour this Government tried to abridge the liberty granted in the “Codigo Constitucional”. This charter of Portugal, King Carlos announces he is resolved to stand by faithfully, thus maintaining for all his subjects freedom of worship» (*Relatório 1901*, pp. 93-94).

(o auto-denominado “anti-jesuitismo”) virou-se também muitas vezes contra os protestantes, acusados de promoverem, tanto quando o clero católico, as alegadas superstições religiosas que a sua ideologia pretendia erradicar¹⁸. Mesmo assim, em 1907, um acórdão da Relação de Lisboa reafirmou de forma decisiva aquilo que era a doutrina dos tribunais portugueses desde 1866: datado de 19 de Outubro e assinado pelos juízes Horta e Costa, B. Veiga e Costa e Almeida, declarava ilegal a prisão de colportores e as peias colocadas à circulação e venda de Escrituras “protestantes”, invocando para isso os artigos 6.º e 145.º §4 da Carta¹⁹.

Esta clarificação jurídica criou expectativas deslocadas em relação ao que uma tomada do poder pelos republicanos poderia fazer pelo seu aprofundamento. Parcialmente enredados na lógica das lutas políticas daquele tempo, os protestantes vieram a ser surpreendidos com a lei de separação do Estado e das Igrejas, decretada pelo novo regime em 1911:

«The law imposed many restrictions upon Church government, and these came as a shock to the Protestant bodies – especially in the light of certain promises made by members of the provisional government to representative Protestants who had previously asked for information as to the probable action of the State. (...) Under the law of the Republic, which controls both Government and private schools, no Christian doctrines may be taught during school-hours. Nevertheless the teachers can still exert a powerful, if indirect, influence upon the attitude of their pupils towards religion» (*Relatório 1912*, p. 101).

Robert Stewart, já em idade de reforma, deixara as suas funções de agente em 1902, passando o trabalho em Portugal a ser tutelado pelo Rev. R. O. Walker, agente em Madrid. A partir de então, a Península Ibérica ficava novamente unida com um só agente, sendo Robert Moreton (Filho) o seu assistente em Lisboa. Na mesma altura, fecharam os depósitos que funcionavam fora de Lisboa, evidenciado um redimensionamento das actividades da Sociedade em Portugal e uma dependência maior da colportagem²⁰. Em 1913, a Sociedade mudou-se para o n.º 20 da praça Luís de Camões, com depósito e loja (edifício do consulado do Brasil). Essa mudança de sede assinalou também o fim da ligação formal à Religious Tract Society, mantida desde o estabele-

¹⁸ «The Jesuits, who were originally expelled from Portugal in 1759, have now existed for many years on a technically illegal footing. Popular mob tumults broke out against them during 1901, and their convents were attacked and stoned in many cities. On account of this anti-Jesuit movement our Colporteurs have found greater difficulty in selling the Scriptures; many ignorant people imagine that all religious books are Jesuitical, and only by explaining what their books were, and on some occasions by an assurance that they themselves were Protestants, not Jesuits, have the Bible-sellers been able to succeed» (*Relatório 1902*, p. 92). A propósito do falecimento de Heliodoro Salgado, poucos anos depois, o relatório da Sociedade observava: «Unhappily the Republican press, while advocating liberty of speech and worship, is not only anti-Roman, but as a rule avowedly hostile to all Christian belief» (*Relatório 1907*, p. 92).

¹⁹ «Last year was a notable one for Bible Society work in Portugal, as we have at least had our position defined by the decision of the Lisbon Court of Appeal in the case of Colporteur José Alexandre. In December, 1905, Alexandre, who had been distributing the Scriptures at Elvas, on the east frontier of Portugal, was arrested and committed for trial. On appeal, however, he was released and the case was transferred to the Lisbon Courts. The judges stated that “the so-called Protestant Bibles contain no word or passage that is not found textually in the Catholic Bible, and therefore manifestly there is not, nor can be, in the Protestant Bible any doctrine contrary to the fundamental principles of the Catholic faith» (*Relatório 1908*, pp. 110-111).

²⁰ «By direction of the Committee the Sub-depôt at Madeira was closed on May 30th, and the Oporto Sub-depôt on September 29, 1903» (*Relatório 1904*, p. 89). O depósito de São Miguel, Açores, foi encerrado em 1909 por Henry M. Wright (*Relatório 1909*, p. 116).

cimento da agência em Lisboa. Esta sociedade manteve o seu depósito nas Janelas Verdes enquanto a SBBE se mudava para um local mais central, embora continuasse a existir cooperação entre as duas entidades²¹. No entanto, a ligação à National Bible Society of Scotland manteve-se. Esta sociedade passou a ter colportores próprios a partir de 1915, embora fosse fornecida de exemplares das Escrituras pela SBBE²².

Nos primeiros anos do novo regime, os seus simpatizantes mais inflamados não deixaram de perseguir os colportores, nos quais viam “conspiradores” contra o laicismo e a República, de uma forma que não se distinguia muito da atitude de algum clero nas décadas anteriores²³. Embora a Sociedade não deixasse de considerar positiva a mudança do regime, que retirara à Igreja Católica o estatuto oficial que permitia a alguns clérigos levantar problemas ao trabalho dos colportores, essas dificuldades mantiveram-se na prática: em muitas zonas do País, a animosidade clerical perdurou e até se reforçou com o extremar de posições a favor e contra a hierarquia católica no clima de confrontação que se agravou durante as décadas de 10 e 20. E a isso juntaram-se inimizades não menos aguerridas no meio dos “livres-pensadores” (ocupando cargos na administração local, por exemplo), que viam a Sociedade e os protestantes em geral como elementos “desnacionalizadores” ou parte da ameaça “jesuítica”²⁴. Mas a constante instabilidade política e económica do País sob a República, agravada pela Grande Guerra e os seus efeitos – que se prolongaram pelos anos 20 –, foi outro motivo de dificuldades:

«The cost of living has been gradually rising. Our colporteurs find it difficult to get cheap lodgings, and in many places there is a scarcity even of bread. Nevertheless, in spite of strikes and the difficulty in supplying books to the colporteurs and the increased prices we have to charge for our editions, Bible work last year has prospered in a remarkable way. On all sides we see doors open to for further advance, and our chief trouble is to find capable Christian Portuguese whom we can employ».²⁵

As edições da Bíblia publicadas pela SBBE tiveram de adaptar-se à nova ortografia de 1911, o que, dez anos depois, ainda não parecia realizado (*Relatório 1922*, p. 57). Nos anos seguintes, no entanto, as versões actualizadas do Novo Testamento de Figueiredo (1924) e de Almeida (1925) apareceram à venda. Surpreendentemente, os anos 20 assistiram a um crescimento das vendas, que, em 1925, chegaram aos 141 541 exemplares (Bíblias, Testamentos e porções), quando, dez anos antes, andavam à volta dos 18000²⁶.

²¹ Por exemplo, no depósito das Janelas Verdes continuaram a ser vendidas Bíblias da SBBE.

²² Outra sociedade presente em Portugal era a Action Biblique suíça; existem referências à sua actividade desde 1931 (*Relatório 1932*, p. 37). Em 1935, há a primeira referência ao seu responsável em Portugal, Paul Edouard Vallon (*Relatório 1935*, p. 44).

²³ Nesta conjuntura, as escolas protestantes foram igualmente proibidas de ensinar doutrina religiosa, um direito que só recuperariam depois de 1974. Essa instrução passou a ser ministrada fora do horário normal de aulas e a Sociedade Bíblica distribuiu Bíblias junto dos professores primários oficiais, algumas centenas dos quais as receberam (*Relatório 1913*, pp. 112-113).

²⁴ Ver, por exemplo, o *Relatório 1914*, pp. 87-88 ou o *Relatório 1920*, pp. 50-51.

²⁵ *Relatório 1921*, p. 40. Neste relatório, fazia-se assim a caracterização religiosa do País: «Free-thinkers are increasing somewhat among the working classes. Spiritualism is spreading over the country, and even in small places groups of persons take up the study of it. The Seventh Day Adventists are also pursuing their propaganda, not without friction». No relatório seguinte (p. 56), a comunidade protestante era avaliada em 6 mil membros e considerada estagnada em termos de crescimento.

²⁶ Nos anos seguintes, as vendas desceram substancialmente (em 1930 eram cerca de 90 mil exemplares): tratou-se de uma “correção” similar à verificada no fim dos anos 60 do século XIX. Mas, em 1940, as vendas aproximavam-se novamente dos valores de 1925.

Apenas com cinco colportores nesta época, a Sociedade comprou em 1925 uma carrinha (*bible van*) que permitisse viagens mais cómodas e a localidades afastadas das vias férreas, estando também equipada com cozinha e bancos-cama; era a entrada da Sociedade em Portugal na era motorizada da colportagem²⁷. Algumas denominações faziam igualmente acções de colportagem, como era o caso dos Baptistas (*Relatório 1926*, p. 51).

As mudanças políticas ocorridas no fim dos anos 20 e princípios de 30 não alteraram a situação da Sociedade. No relatório de 1930, por exemplo, a acalmia em que o País vivia – por contraponto à grande instabilidade dos anos anteriores – era vista com simpatia²⁸. E em 1936 as dificuldades criadas à acção da Sociedade num distrito do norte foram prontamente removidas pelo ministério do Interior, após uma exposição feita pelo Rev. Eduardo Moreira, em nome da SBBE e da Aliança Evangélica. Este comportamento das autoridades significava que, apesar de se manterem abusos locais – normalmente decorrentes do peso que a Igreja Católica recuperara e que era mais eficaz à escala local –, o Governo tendia a seguir uma interpretação estrita da Constituição, que consagrava tanto a separação do Estado e da Igreja Católica quanto a liberdade de culto e propaganda²⁹. No início de 1937, considerado o ano do centenário da presença protestante em Portugal, o Rev. Eduardo Moreira (presidente da Aliança Evangélica) endereçou ao presidente do conselho, Oliveira Salazar, um texto em que afirmava tanto essa presença evangélica centenária quanto a sua fidelidade à «ordem estabelecida»; na sua resposta, Salazar prometeu aos protestantes o cumprimento da «total protecção garantida pela Constituição e pela lei da República»³⁰. Estas garantias eram extensíveis à Sociedade Bíblica e assim foram entendidas no relatório em que foram transcritas. Apesar dos abusos já referidos e que localmente continuaram a ocorrer, estas mútuas declarações estabeleceram os contornos da situação em que Sociedade operou em Portugal durante a II República³¹.

²⁷ Em meados da década de 50 seria adquirida outra carrinha deste género (*Relatório 1956*, p. 17).

²⁸ «Portugal continues to live under the dictatorship of General Carmona, but is undoubtedly more prosperous and happy than it was when a dozen rival claimants clamoured for power» (*Relatório 1930*, p. 31). Durante os combates sangrentos de 1915 ou 1921 em Lisboa, as instalações da Sociedade foram atingidas por balas perdidas; em 1927, durante uma sublevação contra a ditadura de Carmona, a casa do subagente Robert Moreton foi também atingida por disparos. Em 1929, alguns casos de ataques a protestantes e à sua propriedade fôra denunciada pela Aliança Evangélica Portuguesa e punida pelas autoridades de um modo considerado satisfatório.

²⁹ *Relatório 1936*, pp. 37-38: «The new Constitution confirms and guarantees the liberty of worship and propaganda. The sympathy of the Government, however, is with the Roman Catholic Church, to which the majority of the citizens belong. This Church, under official favour, has been gradually regaining the power lost at the time of Republican Revolution in 1910. With the recovery of power its persecuting tendencies have again showed themselves. (...) During the year under review, Snr. Moreira has had two interviews with the President of the Republic, assuring him of the loyalty of the Protestant Evangelical community. These interviews were most cordial and the President assured him that the liberties of Protestants would be respected». No *Relatório 1937*, pp. 36-37, pode ler-se: «(...) an insidious propaganda is carried on by unofficial elements interested in presenting the Evangelical faith as a denationalizing force closely allied with Communism. The results of this movement have not, so far, been serious. They have been limited to isolated acts of fanaticism in the Provinces which have been repressed by the Central Government».

³⁰ *Relatório 1938*, p. 33.

³¹ Em 1950, Paul Vallon dizia: «We may well take occasion to testify our gratitude to God for the liberty we enjoy in Portugal» (*Relatório 1950*, p. 22). No entanto, ainda em 1956, o mesmo gerente da agência recorreu ao embaixador britânico para lhe pedir os seus bons préstimos junto do governo português, dado que dois colportores haviam sido indevidamente proibidos de vender em feiras, mesmo detendo autorizações para o efeito do 4.º Bairro Fiscal de Lisboa (S.B.P., carta de Agosto de 1956, no «dossier» *Funcionários – Correspondência*).

Entretanto, os anos 30 trouxeram também mudanças internas na Sociedade. Em 1935, por motivos de saúde, Roberto Moreton (f. 1936) teve de deixar o cargo que ocupava à frente da subagência da Sociedade em Lisboa. Na superintendência (como o cargo era então designado), sucedeu-lhe o *young business man of Lisbon*, Guido Valdemar de Oliveira; mas este apenas ocupou o cargo durante seis meses, abandonando-o também por problemas de saúde. Coube a Paul E. Vallon, até então à frente da Action Biblique, ficar responsável pela Sociedade em Portugal³². Vallon, que tinha a experiência da colportagem, iniciou as suas novas funções fazendo um périplo pelo País, visitando as igrejas evangélicas e fazendo as famosas *lantern lectures* (iniciadas por Moreton) em várias localidades; visitou ainda a Madeira e os Açores, onde o trabalho sistemático de colportagem fora retomado nos últimos anos.

Os anos da Segunda Guerra Mundial, apesar, por exemplo, das dificuldades sentidas no fornecimento de papel, não afectaram as vendas de Bíblias, Testamentos e porções, que atingiram 124 979 exemplares em 1941, os 137 720 em 1942, os 132 000 em 1943 e os 167 000 em 1944. Os refugiados entretanto chegados a Portugal contribuíram para este crescimento das vendas, sobretudo no depósito de Lisboa. Nos primeiros anos do pós-guerra, o relatório de 1947 afirmava mesmo que «Portugal is assuredly now the country in Europe in which the Holy Scriptures are being most liberally distributed» (p. 21).

Já no início da década de 50, as vendas no depósito eram cerca de 35 mil, as por colportagem 86 mil e as ofertas e vendas a sociedades cerca de 5 mil³³. Em meados dos anos 50, as vendas gerais subiram para mais de 200 000 exemplares, número de que estavam próximas cerca de dez anos mais tarde³⁴. O declínio da importância dos colportores nestas vendas era já patente no fim dessa década: em 1958, por exemplo, dos 211 440 exemplares vendidos, só 98 415 haviam chegado aos compradores pela colportagem. O depósito era agora o maior veículo de vendas e, dada a necessidade de maiores acomodações, mudou-se em 1959 para o n.º 1-B da Rua Passos Manuel³⁵. Mas, como prova da importância que continuava a atribuir aos colportores em Portugal, a Sociedade restabeleceu em 1963 as acções de colportagem nos Açores e na Madeira, interrompidas havia então quase vinte anos. Novas revisões dos textos das versões Figueiredo e Almeida foram preparadas nestes anos, ficando a de Figueiredo pronta em 1963.

A partir de 1964 – no seguimento da fundação das *United Bible Societies* (UBS) e da crescente importância internacional e financeira da American Bible Society (ABS, sociedade bíblica dos Estados Unidos da América) –, a agência de Lisboa tornou-se uma *joint agency* da SBBE e da ABS³⁶. Embora o número de colportores tenha crescido para nove até 1969, o número de vendas tendeu a estacionar, vindo tal aumento de funcionários a revelar-se uma medida tardia e deslocada³⁷. Na segunda metade da década

³² Relatório 1936, pp. 38-39.

³³ Relatório 1953, p. 17.

³⁴ Em 1956 foram vendidos 211,497 exemplares de Bíblias, Testamentos e porções e em 1965 venderam-se 240 199 (Relatório 1956, p. 18, e Relatório 1965, p. 150).

³⁵ Relatório 1957/1958, p. 27, e Relatório 1959, p. 19.

³⁶ A National Bible Society of Scotland continuava associada à agência portuguesa, pertencendo-lhe três dos nove colportores de 1969 (Carta de P. Vallon ao Rev. Bernard J. Tidball, 15.11.1968).

³⁷ American Bible Society: *One Hundred and Fifty-Fourth Annual Report for the calendar year 1969* (Nova Iorque: A.B.S.), p. 118. Este ano venderam-se 219.112 exemplares das Escrituras. O trabalho em Portugal era já então considerado implantado e a distribuição comercial de livros suficientemente moderna para a agência portuguesa passar a receber menos recursos, necessários noutras partes do mundo; o fim da colportagem era uma questão de tempo.

de 60, os responsáveis das UBS tinham já o propósito de transformar a agência portuguesa numa sociedade bíblica nacional, autónoma e plenamente portuguesa. Para tanto, a agência viria a transformar-se, em 1969, em membro associado das UBS.

Assim, em Janeiro de 1969, no seguimento de problemas de saúde de Vallon (que vinha pedindo a reforma), o pastor Augusto Almeida Esperança assumiu o cargo de gerente da agência. A sua entrada foi marcada por uma tríplice missão, delineada pelas próprias UBS: preparar a agência para a era pós-colportagem, transformá-la definitivamente em Sociedade Bíblica de Portugal (como membro de pleno direito das UBS) e levar a cabo uma nova tradução de raiz de todo o texto bíblico em língua portuguesa, que suplantasse as velhas versões Almeida e Figueiredo³⁸. Foi neste contexto que o pastor Esperança teve de aplicar os cortes orçamentais severos decididos pelas UBS em 1971 e que levaram ao fim imediato da colportagem³⁹. A partir de 1972, o pastor Esperança iniciou diligências tendentes à elaboração de estatutos próprios da futura sociedade bíblica portuguesa, mas a incerteza criada pelo processo revolucionário três anos depois travou essa evolução⁴⁰. Só a 6 de Outubro de 1988 os estatutos foram submetidos às autoridades competentes, sendo a Sociedade Bíblica de Portugal (SBP) oficialmente constituída no início de 1989 como associação⁴¹. A 24 de Abril desse ano, a comissão instaladora (Augusto Esperança, José Dias Bravo e João Soares de Carvalho) convocou a primeira assembleia-geral. Em Outubro de 1996, a SBP foi reconhecida como instituição de utilidade pública⁴².

Em 1997, a reforma do pastor Esperança conduziu à escolha de um novo secretário-geral, assumindo essas funções até hoje o Dr. Timóteo Cavaco. Sete anos depois, por altura do bicentenário das sociedades bíblicas (e da SBBE) – ano também do 140.º aniversário do estabelecimento da agência portuguesa –, a SBP estava em plena actividade, no início do terceiro século da sua presença em Portugal ao serviço da Escritura Sagrada.

³⁸ A nova tradução foi feita, desde 1972, por um grupo de especialistas portugueses, a partir dos originais hebraicos e gregos, ficando o Novo Testamento pronto em 1978 (edição *Boa Nova*) e o Antigo Testamento em 1989. Esta nova versão é agora editada pela SBP a par da “clássica” tradução de Almeida.

³⁹ Carta do Rev. Sverre Smaadahl ao pastor A. Esperança, 3.11.1971. Os colportores foram dispensados a partir de Janeiro de 1972, mostrando-se resignados ao que perceberam ser uma decisão externa.

⁴⁰ *Sociedade Bíblica – Projecto de Estatutos*, 16.03.1972, assinado pelo pastor Esperança e enviado a Dr. José Dias Bravo, Dr. Pedro D. dos Santos, José Teixeira Leite (Lourenço Marques), pastor Aníbal Machado (Luanda), pastor José Pessoa, Dr. Eurico Mendes, Rev. Dr. João Soares de Carvalho e Dr. Leopoldo de Figueiredo.

⁴¹ Cf. *Diário da República*, III série, n.º 65, 18.03.1989, p. 5054, com escritura de 18.01.1989 do 1.º cartório notarial de Lisboa, fl. 84 a 85 do livro de notas para escrituras diversas n.º 35-G. Passaram a integrá-la associados pertencentes às igrejas evangélicas portuguesas, que constituem a assembleia-geral; esta escolhe a direcção, que nomeia o secretário-geral (cargo executivo que sucedeu aos agentes existentes desde 1864). A SBP viria a tornar-se membro de pleno direito das UBS em 2000.

⁴² Foi reconhecida como «Associação Religiosa para a Divulgação da Bíblia, interconfessional e sem fins lucrativos» (registo no Ministério da Justiça n.º 196, pessoa colectiva n.º 502 120 657). Cf. *Diário da República* n.º 253 de 31.10.1996.